

Práticas Linguísticas e Espacialidades: Um Retorno Ao “Lugar”

Language Practices and Espacialities: A Return to “Places”

Carla Alves de Araújo França Castanheira¹

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Propomos, neste artigo, discutir acerca do que Rodman (1992) chamou de “o problema do lugar” ou o que Escobar (2005) chama de “marginalização do lugar”, problematizando a noção de ‘lugar’ e o tratamento dado às espacialidades pelos atuais discursos da colonialidade/modernidade. Por uma perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2003), para, a partir de algumas das discussões recentes da sociolinguística, com foco no tratamento dado à espacialidade, em especial a formulação de “Língua como prática local”, de Pennycook (2010), e de contribuições de pensadores do “Lugar”, como Massey (2000), Rodman (1992), Casey (1996), discutir a relação entre as práticas linguísticas, o “lugar” e a produção de conhecimento. Defendemos que, sendo o “lugar” uma “categoria do pensar”, cujo apagamento é um “dispositivo epistemológico” da colonialidade (ESCOBAR, 2005), é necessário refletir, por um lado, sobre as implicações políticas do tratamento das espacialidades na linguística, e, por outro lado, sobre o papel do lugar em um fazer linguístico que vise à decolonização linguística e epistêmica.

Palavras-chave: Práticas Linguísticas. Espacialidade. Decolonialidade. Lugar.

Abstract: In this article, we intend to discuss about what Rodnan (2013) called “the problem of place” or what Escobar named as the “marginalization of the place”, problematizing the notion of “place” and the treatment given to spatialities by the current coloniality/modernity’ discourses. This discussion is based on the decolonial perspective (MIGNOLO, 2003), with the purpose of, from some of the sociolinguistics recent discussions with focus in the treatment of spaciality, in particular in the Pennyccok’ formulation of “Language as a local practice” and the some of the thinkers of the Place, as Massey (2000), Rodman (1992), Casey (1996), discuss the relation between language practices, place and knowledge production. We defend here that “place” is a “thought category” whose deletion is a “epistemic dvice” of coloniality (ESCOBAR, 2005) and therefore we must think, on the one hand about the political implications of the espacialities’ treatment in linguistics and, on the other hand, about the role of place in a linguistic doing that aims the epistemic and linguistic decolonization.

Key-words: Language practices. Espacialities. Decoloniality. Place.

Recebido em 20 de novembro de 2017.

Aprovado em 10 de março de 2018.

Introdução

A globalização tem sido um eixo de discussão recorrente nas produções das chamadas “humanidades”. Desde uma preocupação com a sua conceituação ao estudo dos seus impactos, falar em globalização implica, independentemente de como ela é

¹Doutoranda em Letras e Linguística (PPG/FL-UFG).

conceituada, em trânsito, mobilidade, fluxo de pessoas e de informação. A globalização é, antes de tudo, um fenômeno espacial, como aponta Doreen Massey, para quem

a aceitação geral de que algo desse tipo está acontecendo é marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura, por termos e expressões tais como ‘aceleração’, ‘aldeia global’, ‘superação de barreiras espaciais’, ‘ruptura dos horizontes’ e assim por diante (DOREEN MASSEY, 2000, p. 177).

Ao mesmo tempo em que os discursos correntes sobre globalização evidenciam cada vez mais percepções espaciais e noções de espacialidade, eles geram também reformulações acerca da noção de “lugar”, desestabilizada exatamente por essa percepção de “compressão do espaço-tempo”. Assim, “um dos resultados dessa situação é a crescente incerteza sobre o que queremos dizer com lugares e como nos relacionamos com eles” (MASSEY, 2000, p. 177), o que, por sua vez, evidencia “o problema do lugar [que] surge, paradoxalmente, porque o significado de lugar, muitas vezes, parece ser sem declarar-se²” (RODMAN, 1992, p. 640).

Além disso, como Massey (2000) ressalta, essas percepções de compressão do espaço-tempo, as espacialidades evidenciadas pela “literatura obrigatória” sobre a globalização, evidenciam, também, a “visão do colonizador”, afinal, o sentido de deslocamento ao qual essa literatura se refere “deve ter sido sentido durante séculos – embora por um ponto de vista bem diferente – pelos povos colonizados do mundo inteiro” (p. 178). Mesmo que apenas recentemente tenha se evidenciado como um problema teórico em vários campos e em vários aspectos, as espacialidades e o “problema do lugar” sempre estiveram no centro de todos os estágios do projeto colonial/moderno e é preciso sempre se ater a elas, pois como afirma Mignolo (2003, p. 9), “a dimensão espacial do sistema permite a reflexão a partir de suas margens externas, onde a diferença colonial era e continua sendo exaurida”.

Em “Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, Walter Mignolo (2003) mostra como o projeto de colonialidade/modernidade é um projeto geopolítico de dominação, do qual a dominação dos espaços, a própria cartografia do mundo, é o ponto de partida e um dos mecanismos centrais para colonialidades epistêmicas. A ‘globalização’ é a atualização deste projeto colonial/moderno, que “mudou várias vezes de mãos e de nomes, mas as vezes e os nomes

² No original: “The problem of place arises, paradoxically, because the meaning of place too often seems to go without saying”. Tradução nossa.

não estão enterrados no passado” (MIGNOLO, 2003, p. 46), “reproduzindo a diferença colonial em escala mundial” (p. 43). As espacialidades coloniais, portanto, embora ressignificadas em termos de “globalidades”, e não mais de “territorialidades”, ainda sustentam a hierarquização de histórias locais – pois toda história é local e tempo e espaço são imbrincados - entre as “universalmente” válidas e as subalternizadas, processo do qual inclusive fez parte a “supremacia” do tempo sobre o espaço, assim como a separação que a embasa. Assim, reespacializar as histórias locais, principalmente as “universalizadas”, é necessário para se visibilizar a diferença colonial e as feridas coloniais que ela sustenta.

A partir dessa perspectiva, este trabalho pretende discutir a noção de espacialidade, de algumas teorias linguísticas, e a questão do “local” dentro da linguística, para pensar sobre a necessidade de uma discussão acerca do “problema do lugar”, sendo o lugar “mais que a localidade” (RODMAN, 1992, p. 645)³. O “lugar”, quando considerado como parte indissociável da construção do conhecimento (CASEY, 1996), é uma forma de evidenciar a diferença colonial, pois, se “a geopolítica do conhecimento é um instrumento poderoso [...] para legitimar as epistemologias liminares que emergem das feridas das histórias, memórias e experiências coloniais” (MIGNOLO, 2003, p. 66), acreditamos que retirar o “lugar” do espaço de marginalização ao qual foi relegado nas produções teóricas (ESCOBAR, 2005) é um processo importante dessa legitimação.

1. A colonização dos lugares e o deslocamento dos “Outros”

A crescente “incerteza sobre o que queremos dizer com lugares e como nos relacionamos com eles” da qual fala Massey (2000, p. 177) não pode ser desvinculada das concepções coloniais que embasaram e embasam a colonialidade e as geopolíticas que ela sustenta, como nos lembra Mignolo (2003), as concepções das várias etapas do projeto colonial/moderno coexistem, e não se substituem. Consideramos aqui que o projeto colonial/moderno é também um processo de “deslocamento”, físico e metafórico, um processo geoistórico⁴ de deslocamento/relocalização de pessoas, de povos e de conhecimentos.

De acordo com Edgardo Lander (2005), “alternativas à conformação profundamente desigual e excludente do mundo moderno exige um esforço de

³ No original: “There is little recognition that place is more than locale”. Tradução nossa.

⁴ O termo é de Mignolo (2003), para reforçar a dimensão espacial das narrativas históricas.

desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal” (p. 8), desconstrução que, como argumentaremos aqui, passa também pela desnaturalização das noções de “lugar” – e da separação entre espaço e lugar - tal como concebido pelas ciências modernas, que sustentam o que Escobar (2005) chamou de “atopia”, a “ausência de lugar” tida como “fator essencial da condição pós moderna” (p. 63), seja para celebrá-la, seja para denunciá-la⁵. Como afirma Lander (2005, p. 8-9), a “naturalização e legitimação dessa ordem social” – a ordem do projeto mundial colonial/moderno - se dá pelas

duas dimensões constitutivas dos saberes modernos [...] as sucessivas *separações* ou *partições* do mundo real que se dão historicamente na sociedade ocidental e as formas como se vai construindo o conhecimento sobre as bases desse processo de sucessivas separações (LANDER, 2005, p. 8-9, *destaque no original*)

Essas separações, sempre hierárquicas/hierarquizantes, se dão desde a separação entre o sagrado, o humano e a natureza; a separação cartesiana entre corpo e mente; entre “a razão e o mundo”, esvaziando o mundo e o corpo de significados, e “se articulam com aquelas que servem de fundamento ao contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como o *moderno*, o *avançado*) e os ”Outros”, o restante dos povos e culturas do planeta” (LANDER, 2005, p. 10).

Assim, a separação entre o ocidental ou europeu e os “Outros” permitiu e gerou, de forma imbricada, a espacialização dessas separações conceituais, a partir da delimitação de fronteiras - inicialmente geográficas e posteriormente cronológicas, como aponta Mignolo (2003, p. 383), tais como Ocidente e Oriente, Hemisfério Norte e Hemisfério Sul, Colônias e Metrôpoles, Primeiro e Terceiro Mundo. Essas fronteiras, embasadas em e criadoras de (outras) separações (diretamente vinculadas às primeiras) como espaço e lugar, local e global, deslocavam e deslocam e realocizavam e realocizam os “Outros”, os “locais” em oposição ao que se pretende “global”, construindo a diferença colonial, que, como define Mignolo (2003),

é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos

⁵ Como afirma o autor: “para alguns, a ausência de lugar - ”uma condição generalizada de desenraizamento”, como alguns a denominam, se transformou no fator essencial da condição moderna [...]. Seja para ser celebrado ou denunciado, o sentido de atopia parece haver-se instalado” (ESCOBAR, 2005, p. 63)

globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003, p. 10).

A diferença colonial, assim, evidencia a espacialidade constitutiva da colonialidade/modernidade, ao ser “o espaço do confronto entre os projetos globais e as histórias locais”. Da mesma forma que a distinção entre tempo e espaço é um produto e um mecanismo da “constituição dos saberes modernos”, a separação entre global e local é produto e mecanismo gerador da colonialidade/modernidade - e da diferença colonial, portanto -, já que o que se propõe como um projeto global também é uma história local, “naturalizada como universal”, cujo processo de naturalização tem como um de seus dispositivos a separação – sempre hierárquica – entre espaço e lugar, já que

o domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (ESCOBAR, 2005, p. 64).

Assim, em um momento em que o projeto global preponderante se baseia em um discurso que, como afirma Coronil (2005),

promove a crença de que as diversas histórias, geografias e culturas que dividiram a humanidade estão se unindo no cálido abraço da globalização, entendido este como um processo progressivo de integração planetária [...] esconde a presença do Ocidente e oculta a forma pela qual este continua dependendo da submissão tanto de seus outros quanto da natureza. (CORONIL, 2005, p. 50).

Repensar o lugar, não como parte das dicotomias coloniais, mas “como uma categoria do pensar e como uma realidade construída” (ESCOBAR, 2005, p. 77) é uma forma de visibilizar tanto “as formas subalternas de pensar” e de “configurar o mundo”, evidenciando “o pensamento liminar”, que pode ser definido como “os momentos de fissura no imaginário do sistema/mundo” (MIGNOLO, 2005, p. 49) e é produzido na diferença colonial, quanto a “presença oculta do Ocidente” e da colonialidade em “tempos de globalização”.

2. O lugar na linguística

A fundação da linguística como ciência compartilha, em suas elaborações básicas, os pressupostos estabelecidos pelo paradigma cartesiano, pelas separações que sustentam “a legitimação dos saberes modernos”, nos termos de Lander (2005). Paradigma que, como critica Castro-Gomes (2007), se iniciando pelo distanciamento entre observador e observado, entre o conhecedor e o objeto a ser conhecido, desincorpora o conhecimento – retirando dele “tudo que tenha a ver com a experiência corporal”, ao ponto de se ver como “fora do mundo para observar o mundo”, o que o autor chama de *hibrys do ponto zero* (CASTRO-GOMES, 2007, p. 82-83). Como afirma Mignolo (2005),

presumo que os modelos teóricos para o estudo das línguas tenham sido construídos em cumplicidade com o poder colonial. [...] é precisamente ao comparar as práticas linguísticas e a política pública do período inicial moderno (séculos 16 e 17) com a fase atual da colonialidade global, que testemunhamos um redirecionamento significativo quanto à forma pela qual as línguas são conceitualizadas em relação ao controle colonial e às ideologias nacionais, por um lado, e ao conhecimento e à razão por outro. Essas são na verdade duas faces da mesma moeda (MIGNOLO, 2003, p. 300).

Essas duas faces da mesma moeda, acabaram por gerar uma relação, à primeira vista, paradoxal, mas complementares, nas conceituações de língua: ao mesmo tempo em que as dicotomias fundadoras da ciência moderna desespacializam e “desincorporam” as línguas – como na distinção entre língua e fala – elas a territorializam, na relação entre língua, cultura e nação (MIGNOLO, 2005), pelas “ideologias nacionais”. Não se pode negar a relação das noções de língua enquanto produção imaginária a serviço do projeto colonial/moderno assim como o papel da linguística, enquanto ciência, na criação e sustentação desse imaginário.

O processo de desnaturalização das dimensões de legitimação das ciências modernas do qual fala Lander (2005, p. 8), portanto, passa pelo questionamento, pela desnaturalização das “línguas nacionais”, por um lado, e pela ideia de homogeneidade e unidade linguística – que permite sua ‘nacionalização -, por outro⁶. Conforme defende Mignolo (2005, p. 346), a sociolinguística e os estudos de línguas subalternizadas foram os primeiros “sinais de que as línguas nacionais não eram tão naturais quanto se pensava [pois] chamaram a atenção para a diversidade da língua dentro de um determinado território nacional”. Deu-se, assim, o início de um processo de reespacialização da língua

⁶ Essas críticas já foram desenvolvidas por vários autores e não nos ateremos a elas aqui. Para mais sobre ela ver “Disinventing and Reconstituting Languages”, de Alastair Pennycook and Sinfree Makoni (2006).

e da linguagem, a partir da visão de “língua como atividade social, [...] [como] social, habitual, performativa e variável⁷”, nos termos de Pennycook (2010, p. 135).

Concomitante ao desenvolvimento da perspectiva de “língua como atividade social”, tem havido a mudança do projeto global, ou seja, do “projeto desenvolvimentista” para o “mercado global”. Essa mudança cria “condições para o reestabelecimento do espaço”, em detrimento da supremacia do tempo – o que remete, por sua vez, ao “domínio do espaço sobre o lugar” como “dispositivo epistemológico”, nos termos de Escobar (2005, 64) – no estabelecimento das fronteiras do projeto colonial/moderno (Mignolo, 2005, p. 388), visibilizando a localização da história local que embasa o projeto global⁸, permitindo, cada vez mais, a reespecialização das línguas e da linguagem⁹. Para Pennycook (2010, p. 5),

o que precisamos entender é que todas as visões sobre a língua são localizadas em certas histórias e articuladas a partir de certas perspectivas [...] o perspectivismo europeu sustenta o entendimento de outras línguas [...] foi a esses problemas que Sinfree Makoni e eu [...] tentamos nos direcionar em nosso chamado à necessidade de desinventar e reconstruir as línguas, questionar as formas pelas quais línguas têm sido construídas e olhar para formas alternativas de pensar sobre a língua¹⁰.

Esse processo de reespecialização das línguas e da linguagem é indissociável das práticas linguísticas e de uma perspectiva que vê a língua como o que “emerge das atividades cotidianas”, segundo Pennycook (2010, p. 128), ou como afirma Mignolo,

a língua não é objeto, algo que os seres humanos possuem, mas um processo contínuo que só existe no linguajamento [...] O linguajamento [...] situa a interação entre indivíduos, entre seres humanos em vez de ideias pré-existentes. É precisamente na intersecção entre a pessoa, o eu, seres humanos, organismos vivos – seja lá o que for – que o linguajamento se situa como condição da possibilidade de língua (MIGNOLO, 2003, p. 345).

⁷ No original: “language as social activity; language is social, habitual, performative and variable”. Tradução nossa.

⁸ A história local europeia foi durante muitos anos (e ainda o é) imposta ao mundo como “global”, “universal” (a grafia é de Castro-gomes, 2007), pelos projetos globais, pelo sistema mundial moderno. Para isso, ela não se reconhecia como local, uma pertencente a uma única geohistória.

⁹ É preciso pontuar aqui que esse processo de reespecialização da língua, como todo processo, é tanto um contínuo quanto uma confluência (conflituosa) de vários fatores, não sendo homogêneo e muito menos consensual. Pontuaremos aqui apenas alguns fatores relevantes para nosso argumento.

¹⁰ No original: “what we need is to understand that all views on language are located in certain histories and articulated from certain perspectives. [...] european perspectivalism underpins understandings of other languages. [...] it is such problems that Sinfree Markoni and I [...] have tried to address in our call for need to deconstruct and reconstitute languages, to question the ways in which languages have been constructed and to look for alternative ways of thinking about language.” (PENNYCOOK, 2010, p. 5) Tradução nossa.

Sob essa perspectiva, portanto, como defende Pennycook (2010), “todas as práticas linguísticas são locais”¹¹ (p. 7), e “quando falamos do global, nós estamos nos referindo à aparente ocorrência, em diferentes tempos e espaços, de práticas locais”¹² (P. 128), o que desfaz a oposição entre local e global, “desierarquizando” a relação entre eles, por um lado, e retoma a questão do local, das localidades e da espacialidade da linguística como algo intrínseco à língua, por outro.

Assim, Pennycook defende que “a língua não acontece fora do escopo da prática”¹³ (2010, p. 133), prática essa ligada às “perspectivas locais, às intuições e às visões de mundo”¹⁴ (p. 5), produzindo - e não refletindo - realidades locais, sendo que “o local é uma parte constituinte da prática linguística”¹⁵ (p. 9) assim como as práticas linguísticas constroem a localidade. Isso faz com as práticas linguísticas não possam ser entendidas como dissociadas dela, o que faz com que seja necessário repensar a “noção de localidade seriamente”, ou seja, em seu engajamento com as “ideias de lugar e de espaço” (p. 1-2), para além da ideia de ‘contexto’ ou de *lócus* da língua.

O importante, para a nossa discussão, quando se pensa em “língua como prática local” (PENNYCOOK, 2010) é que, para além da espacialização da língua, considerando que ela não pode ser desvinculada de *onde* é falada e de *quem* a fala – *onde* é produzida, portanto – a espacialidade é um elemento integrante, construído e constituinte, da prática linguística, que, portanto, “pode ser considerada uma prática espacial”. Considerando que “o que fazemos com a língua em um determinado lugar é resultado da nossa interpretação daquele lugar, as práticas linguísticas nas quais nos engajamos reforçam a leitura do lugar”¹⁶ (PENNYCOOK, 2010, p. 2), torna-se evidente a necessidade de definirmos o que se entende por localidade/lugar.

Pennycook (2010) parte da “virada espacial”, gerada pelas mudanças recentes do sistema mundial colonial/moderno nas ciências humanas, e de que “o global é sempre

¹¹ No original: “all language practices are local”. Tradução nossa.

¹² No original: “When we talk of the global, we are referring to the apparent co-occurrence in different times and places of local practices”. Tradução nossa.

¹³ No original: language does not [...] happen outside the realm of practice. Tradução nossa.

¹⁴ No original: we need to seek, therefore the ways in which language practices are local, are linked to local perspectives, insights and worldviews. Tradução nossa.

¹⁵ No original: the local is [...] a constituent part of language practice. Tradução nossa.

¹⁶ No original: what we do with language in a particular place is result of our interpretation of that place; and the language practices we engage in reinforce that reading of place. Tradução nossa.

manifestado localmente e o local é sempre parte do global¹⁷” (p. 80), então a dicotomia global e local não se sustenta. Assim, ele propõe, com base em Conell e Gibson (2003), que as diferenças antes arraigadas à dicotomia global x local sejam vistas em termos de fixidez e fluidez – termos que definiriam melhor a forma dinâmica da “materialidade da localidade” (p.80) -, colocando assim que

desse ponto de vista, fixidez é sobre lugar, tradição, origens, herança, autenticidade, ‘raízes’ e assim por diante; enquanto fluidez tem a ver com migração, turismo, fluxos culturais, hibridez e entre outros. Enquanto isso nos dá um conjunto de ferramentas mais dinâmicas, incorre no risco de o lugar e a localidade sempre serem vistos como fixidez, tradição e herança enquanto o espaço é dinâmico, construído fluidamente e aberto. Considerando que eu estou tentando manter um senso de local e de localidade aqui, e *que em algum nível, isso precisará ser relacionado ao lugar*, eu também quero despojar o local das noções de fixidez e tradição. Seguindo Massey (1994), eu vejo o espaço e o lugar como interligados mais do que justapostos, lugar sendo uma articulação específica do espaço e ambos [...] sendo categorias muito mais dinâmicas do que meros contextos. Mundialização e localidade, assim, pretendem abordar juntamente o texto e as circunstâncias mundiais, a fluidez e a fixidez, o global e o local¹⁸ (PENNYCOOK, 2010, p. 80, grifo nosso).

Assim, ao definir localidade, Pennycook aponta a dicotomia entre espaço e lugar, considerando a interligação intrínseca entre eles, assim como a dinamicidade delas, mas, ao mesmo tempo, que se baseia em outra dicotomia, a fluidez e a fixidez, “despojando o local” da fixidez e da tradição. Duas questões são importantes de serem pontuadas a partir disso e que mostram a concomitância dos projetos globais na (re)produção da colonialidade.

A primeira delas, como aponta Escobar (2005), é que a crítica à tradição, ao enraizamento, à questão da autenticidade, a todas as características historicamente vinculadas ao “lugar”, “produziu um *momentum* teórico importante” (p. 63), questionando o essencialismo das identidades e a ideia de homogeneidade e fechamento

¹⁷ No original: If the global is always manifested locally, and the local is Always part of the global, then the global may mean little more than the sum total of all localizations, and the local little more than particular moments of the global. Tradução nossa.

¹⁸ No original: From this point of view, fixity is about place, tradition, sources, heritage, authenticity, ‘roots’ and so on, while fluidity has to do with migration, tourism, cultural flows, hybridity and so forth. While this does give us a more dynamic set of tools, it runs the danger of place and locality always being tied to fixity, tradition, and heritage while space is dynamic, fluid constructed, and open. To the extent that I am trying to maintain a sense of the local and locality here, and that at some level, this will need to be related to the place, I also want to divest the local of notions of fixity and tradition. Following Massey (1994) I see space and place as intertwined rather than juxtaposed, place being a specific articulation of space, and both, [...] being far more dynamic categories as mere contexts. Worldliness and locality, therefore are intended to address both the text and its worldly circumstances, both fluidity and fixity, both global and local. Tradução nossa.

de comunidades e culturas. Essas críticas mostraram que lugares e identidades são construções históricas, espaciais, linguísticas, assim como tradições, heranças, autenticidades também o são, o que, inclusive, permitiu o empoderamento de vários grupos minorizados, já que os essencialismos eram e são formas de subalternização e de invisibilização. Mas, diante disso, por que parece ainda ser necessária uma distinção entre fluidez e fixidez nesses termos?

Ao basear-se na dicotomia fluidez x fixidez, para negar a “fixidez do local”, apenas deslocando os elementos desvalorizados pelo atual discurso dominante da globalização, corre-se o risco de reverberar os valores do atual projeto global, a mobilidade e a hibridez em oposição ao “enraizamento”, e permite que o espaço ‘esvaziado’ de significação fique aberto às “novas” formas de imposição econômica e às velhas formas de colonialidade epistêmica. Esse é um perigoso movimento de desespacialização das relações das pessoas com os espaços/lugares, pois despojar o local de sentidos historicamente construídos, por meio das práticas cotidianas e das experiências, também é uma forma de “esvaziamento do lugar”, de tornar “invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo” (ESCOBAR, 2005, 64), enquanto a própria noção de “língua como prática local” pode ser uma ferramenta de evitar essa invisibilidade. Além disso, apesar da “atopia” da globalização,

o fato é que o lugar como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa, continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a ideia de “regressar ao lugar”, para usar a expressão de Casey, ou a defesa do lugar como projeto, no caso de Dirlik, não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes (ESCOBAR, 2005, p. 63).

Assim, como coloca Escobar (2005, p. 68), “talvez seja tempo de renovar nossa consciência dos vínculos entre lugar, experiência e a produção de Conhecimento”, para além das dicotomias e das separações instauradas pela colonialidade, “mudando os termos da conversa” (MIGNOLO, 2009, p. 4), para além das “armadilhas epistemológicas da globalização” (ESCOBAR, 2005, p. 68).

3. O Problema Do Lugar

Em outras passagens da obra “Language as Local Practice”, Pennycook (2010) aponta algumas noções de local/localidade relacionando-as a lugar, tais como “a localidade [deve ser] explorada em suas complexas manifestações como lugar”¹⁹ (p. 1); “o local como fundamentado e particular”²⁰ (p. 4); “entender a língua localmente [...] deve estar fundamentado nas formas locais de pensar”²¹ (p. 10); “localidade é sobre se tornar um lugar”²² (p. 14), “um entendimento do local não é apenas sobre o lugar, mas também sobre os entendimentos que emergem de um lugar”²³ (p. 136). Acreditamos aqui que essas passagens indiquem melhor a forma como concebemos ‘lugar’, como forma de pensar o mundo espacialmente, porém, essas afirmações retomam o “problema do lugar”, em que “o significado de lugar, muitas vezes, parece ser sem declarar-se”²⁴ (RODMAN, 1992, p. 640).

Massey (2000) afirma que, diante “da incerteza sobre o que queremos dizer com lugares e como nos relacionamos com eles” (p. 177), devemos talvez repensar nossa noção de lugar, para além da “aceitação geral”, procurando formular “um sentido adequadamente progressista de lugar”, que não corrobore discursos e teorias que servem à (re)produção de desigualdades, “no que são, no fim das contas, disputas políticas, muitas vezes, baseadas no lugar” (p. 182). Assim, repensar o “lugar” pode colaborar, por outro lado, com a diminuição da desigualdade.

Para isso, lugares aqui não são entendidos como “a fixidez da tradição, origens, herança, autenticidade, ‘raízes”, nem como locais “com identidades singulares e essenciais reacionárias” (MASSEY, 2000, p. 182), pois não são o contraponto “inferior” do global, o local. Eles são “onde as coisas acontecem”, mas “são mais que locais”. Eles “não são as criações ocidentais essencializadas”²⁵. Eles são construídos socialmente, pela “agência de indivíduos e de forças além do controle individual”²⁶. (RODMAN, 1992, p.

¹⁹ locality ‘s explored in its complex manifestations as place.

²⁰ the local as the grounded and the particular.

²¹ No original: to understand language locally is also to understand local meanings of language, which must be grounded in local ways of thinking. (tradução nossa).

²² No original: locality [...] is about to becoming a place. (tradução nossa).

²³ No original: an understanding of the local that is not only about the place but also about the understandings that emerge from a place. (tradução nossa).

²⁴ No original: “The problem of place arises, paradoxically, because the meaning of place too often seems to go without saying” (tradução nossa).

²⁵ Places in the world of our research are not totalized, essentialized Western creations.

²⁶ No original: places as socially constructed. Here the emphasis is on places in the world, on the agency of individuals and of forces beyond individual control. (tradução nossa)

642). Assim, o “lugar”, nessa perspectiva, não é contraponto do ‘local’ e inferiorizado do espaço, do global, ele “não implica de nenhuma maneira reificar os lugares, as culturas locais e as formas de não-capitalismo como entes “intocados’ ou fora da história”. (ESCOBAR, 2005, p. 73).

Rodman (1992), em uma crítica a como a antropologia trata o “lugar” – que aqui estendemos a todas as ciências humanas preocupadas com a questão da “localidade” –, afirma que “lugares não são recipientes inertes. Eles são politizados, relativos culturalmente, historicamente específicos, construções locais e múltiplas²⁷” (RODMAN, 1992, p. 640- 641) e que, para “retornar o controle sobre os significados do lugar aos seus produtores por direito²⁸”, é preciso reconsiderar as questões de poder e de agência, é preciso parar de usar os lugares como exemplos de conceitos pré-estabelecidos e entendê-los como “mundos construídos na experiência” (p. 644).

Assim, Rodman (1992) levanta os principais pontos para uma formulação do “lugar” fora do enquadramento dicotômico do projeto global: Lugares são construídos a partir da experiência das pessoas, da agência delas e de forças “além do controle individual”. Para além das construções teóricas acerca das espacialidades, “as mentes despertam num mundo, mas também em lugares concretos, e o conhecimento [...] é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo” (ESCOBAR, 2005, p. 68). Até porque, como afirma Casey, “viver é viver localmente e conhecer é, antes de tudo, conhecer os lugares onde se está”²⁹ (1996, p. 18).

Em oposição à dominação do espaço sobre o lugar, Casey (1996) aponta para como, a partir das ciências modernas, o espaço foi esvaziado e colocado *a priori* do lugar, o que é algo que só pode se dar a partir da separação cartesiana entre mente e corpo, das separações que sustentam a colonialidade, sendo a experiência e a percepção atributos do corpo, o que coloca *sub suspeita*, ou seja, que considera inválidos os conhecimentos gerados a partir delas. Como afirma Casey (1996),

corpos vivos pertencem a lugares e ajudam a constitui-los, mesmo se tais corpos estiverem deslocados em algum aspecto, eles nunca são sem lugar; eles nunca estão apenas em posições discretas no tempo e no espaço mundiais [...] pelo mesmo token,

²⁷No original: It is simply location. It is where people do things. [...] They became the settings, albeit often exotic ones, where things happened.' Places are not inert containers. They are politicized, culturally relative, historically specific, local and multiple constructions (tradução nossa).

²⁸ No original: Returning control over the meanings of place to the rightful producers requires reconsideration of questions of power and agency (tradução nossa).

²⁹ . To live is to live locally and to know is first of all know the places one is in (p.18)

contudo, *lugares pertencem* aos corpos vivos e dependem deles³⁰ (CASEY, 1996, p. 24).

Assim, pela perspectiva fenomenológica de Casey, o ‘lugar acontece’, ele é produtor e produto da percepção e da experiência. “Ser é ser em um lugar” (CASEY, 1996, p. 35) e as próprias noções de tempo e espaço só “surgem da experiência do próprio lugar”³¹ (p. 36). Partindo dessa concepção, podemos afirmar que é do conhecimento produzido pela experiência de corpos racializados pela colonialidade, por um lado, e a imposição de um “mundo construído por experiências específicas” sobre outros que reifica lugares, fortalecendo processos de deslocamento/realocação coloniais/modernos, tanto físicos quanto epistêmicos. E uma maneira de “evitar a alta estrada do modernismo” com suas abstrações e separações é “reocupar a terra baixa do lugar”. (CASEY, 1996, p. 29)

Assim, um “retorno ao lugar”, nos termos de Casey, é reconhecer essas experiências e percepções, é reconhecer os conhecimentos gerados pelos *corpos no lugar*, reconhecendo que os lugares congregam experiências, histórias, linguagens, pensamentos, sensações, de tal forma que eles nos fornecem um senso de “arranjo ordenado das coisas mesmo quando essas coisas são coisas radicalmente discrepantes e bastante conflituosas³²” (CASEY, 1996, p. 25). Partindo das ideias de Casey, portanto, podemos considerar o pensamento liminar construído pela e na diferença colonial - onde os projetos “globais” encontram as histórias locais, forçando-os a “adaptar-se, integrar-se” ou adotando-os, rejeitando-os ou ignorando-os (MIGNOLO, 2003, p. 10) -, é um conhecimento produzido no lugar, pelo lugar, a partir do lugar. Até porque, segundo Casey (1996),

lugar não é apenas coadunativo mas também (...) desconstrutivo-deconstrutivo de oposições que ele traz e mantém junto em seu próprio ambiente. Essas oposições incluem pares binários de termos que têm desfrutado do poder hegemônico da epistemologia Ocidental e da metafísica. [...] tais como sujeito e objeto, eu e o outro, forma e conteúdo, mente e corpo, dentro e fora, percepção e imaginação (ou memória) e natureza e cultura elas mesmas³³ (CASEY, 1996, p. 24).

³⁰ *Lived bodies belong to places* and help to constitute them, even if such bodies may be displaced in certain respects, they are never placeless; they are never *only* at discrete positions in world time and space [...] by the same token, however, *places belong to lived bodies* and depend on them.

³¹ No original: Arise from the experience of place itself. Tradução nossa.

³² No original: hence our sense of an ordered arrangement of things in a place even when those things are radically disparate and quite conflictual. Tradução nossa.

³³ No original: Place is not only coadunative but also (as I have already hinted) deconstructive-deconstructive of oppositions that it brings and holds together within its own ambience. These oppositions include binary pairs of terms that have enjoyed hegemonic power in Western epistemology and

Assim, pensar o “lugar” para além das dicotomias coloniais/modernas é também “reespacializar” os corpos, reconhecer que eles “nunca estão sem lugar” e reconhecer a validade dos conhecimentos gerados a partir da percepção e da experiência, considerando que essas questões não são dissociáveis. Negar o “lugar” das pessoas – das mais diversas formas, pelos mais diversos mecanismos – é assim negar a experiência e o conhecimento que constroem e são construídos por esses lugares, as memórias que guardam, as diversas e incontáveis formas, em seus mais variados níveis, constroem pertencimentos.

Dar atenção ao lugar [...] é desestabilizar os espaços mais seguros de poder e diferença [...] Falar de ativar lugares, naturezas e conhecimentos locais contra as tendências imperiais do espaço, o capitalismo e a modernidade não é uma operação *deus ex machina*, mas uma maneira de ir além do realismo crônico fomentado por modos estabelecidos da análise. (ESCOBAR, 2005, p. 73).

O “lugar”, portanto, é *onde* “as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem” (MIGNOLO, 2003, p. 10), é *onde* “mundialização e localidade”, “fixidez e fluidez” se imbricam (PENNYCOOK, 2010, p. 80), mas não porque ele converge esses elementos – mesmo que inclua esse movimento, mas não de forma linear -, e sim porque ele é *onde e como* esses elementos são percebidos, experienciados, (re)criados, (re)significados, organizados, transformados em conhecimento.

Considerações finais

Tentamos nesse artigo propor outra forma de interpretação sobre a questão do “lugar” diante das formulações geradas pela globalização, que dicotomizam o “lugar” ao “espaço”, deslocando pessoas pelo “espaço esvaziado”. Tentamos também mostrar algumas das “armadilhas epistemológicas da globalização” (ESCOBAR, 2005, p. 68), não só correndo o risco, mas tendo certeza de que provavelmente ao apontar algumas, incorremos em outras dessas armadilhas. Para Mignolo (2008, p. 290), a “opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender*”.

Defendemos aqui que, como afirma Escobar (2005, p. 64): “apesar da necessidade de revisar os conceitos e categorias convencionais do local, o lugar e o conhecimento

metaphysics. I am thinking of such dichotomies as subject and object, self and other, formal and substantive, mind and body, inner and outer, perception and imagination (or memory), and nature and culture themselves.

baseado no lugar, continuam sendo essenciais para abordar a globalização [...] de formas social e politicamente efetiva.”

E, assim, neste trabalho propusemos uma reflexão sobre o “lugar”, como parte da construção do conhecimento e como uma categoria “subalternizada” do pensar por não corresponder aos interesses do projeto global. Assim, “lugar”, aqui, não é um elemento da dicotomia entre espaço e lugar, ou local e global, ou ainda entre fixidez e fluidez, e sim a forma como pessoas e grupos histórica, linguística e socialmente significam os ambientes que fazem parte do seu cotidiano, organizam seus mundos historicoespacialmente a partir de suas percepções experiências.

Sob essa perspectiva, propomos aqui que os estudos linguísticos, especialmente os estudos linguísticos que partem das práticas linguísticas, da ideia de que as línguas são construídas cotidianamente pelas práticas linguísticas das pessoas (PENNYCOOK, 2010) se voltem não apenas ao local onde essas práticas se situam, mas também para os lugares que elas constroem e que são constitutivos delas. Isso significa considerar que locais são a convergências de forças globais e histórias locais, que a localidade como formada pela vida social, do espaço como socialmente e cotidianamente constituído assim como elemento integrante das práticas linguísticas, como defendido por Pennycook (2010), mas ir além disso e considerar que essa relação envolve e é (in)formada também pela percepção e pela experiência, por sentimentos cotidianamente sentidos e modificados de pertencimento, de memória, de familiaridade, ao mesmo tempo em que são lutas políticas, relações sociais, encontros. É apenas da perspectiva do ‘lugar’ que se pode, parafraseando Rodman (1996), devolver o “lugar” – o processo de “construção social do espaço” - “aos seus produtores por direito”.

É juntar o que nunca foi separado na vida diária das pessoas. Assim, considerar o imbricamento entre as práticas linguísticas e as localidades deve se pautar no fato de que essas localidades não são espaços “vazios” aos quais se atribui sentido, nos quais se colocam coisas, são espaços cotidianamente significados e esse processo de significação passa e parte de e chega ao “sentimento de lugar” e pela produção do conhecimento. Acreditamos aqui, assim, que um “retorno ao lugar” pode ser uma forma de resistência e enfrentamento às forças coloniais que se movem em torno de e a partir de deslocamentos e realocações, que envolvem o “esvaziamento’ dos lugares, quando não a estigmatização deles como atrasados, retrógrados.

É necessário pontuar também que o afastamento do “lugar” dos conceitos colônias atribuídos a eles passa também pela necessidade de atestar que não estamos falando de “pureza” ou de “romantismo”, sentidos colonialmente atribuídos a *alguns* lugares. Como coloca Escobar (2005, p. 70),

Certamente, “o lugar” e ‘o conhecimento local’ não são panacéias que resolverão os problemas do mundo. O conhecimento local não é “puro” nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas. A defesa do conhecimento local que se propõe aqui é política e epistemológica, e surge do compromisso com um discurso anti-essencialista do diferente.

Uma defesa com uma estratégia diferente: que ao invés de ‘esvaziar o lugar’ ou negar o que foi colonialmente atribuído a ele, ao invés de ‘desespacializá-lo’, transformando-o *apenas* em metáforas – completamente e cada vez mais importantes e necessárias, o problema é a redução dele a elas - partir da perspectiva de quem o vive, o constrói, o sente. Parafrazenado Casey, colocando o lugar no lugar que sempre esteve.

Referências

CASEY, Edward S. How to get from space to place in a fairly short stretch of time. In: FELD, Steven; BASSO, Keith (Orgs.) *Senses of Place*. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press. 1996. (pp.13---51).

CASTRO-GOMES, Santiago. *Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes* In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p.79 – 92.

ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: LANDER, Edgardo. (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 63 - 79.

LANDER, Edgardo. *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. In: LANDER, Edgardo. (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 63 - 79.

MASSEY, Doreen. *Um sentido Global do lugar*. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 176---185.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais, Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. Theory, Culture & Society*. (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 26(7-8), 2009, p.1-23

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Traduzido por: Norte, Ângela Lopes In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, 2008, p. 287-324.

PENNYCOOK, Alistair; MAKONI, Sinfree. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Eds. Clevedon, UK: Multilingual Matters. 2006.

PENNYCOOK, Alistair. *Language as local practice*. New York: Routledge. 2010.

RODMAN, Margaret C. *Empowering Place: multilocality and multivocality*. In: *American Anthropologist, New Series*, Vol. 94, No. 3 (Sep., 1992), pp. 640-656